

As alternativas para a crise

Entusiasmado com a tese que está defendendo, o jovem professor Jeffrey Sachs, de Harvard, em Boston, levanta a voz e fica de pé para dar mais ênfase ao que está falando: "Nóbrega está errado. Ele caiu na armadilha ortodoxa", dispara.

Com 33 anos e já tendo auxiliado o governo da Bolívia no combate à hiperinflação e na negociação da dívida, o professor Sachs mantém os olhos e a energia voltados para a América Latina. Ele imagina soluções não convencionais, num cardápio de ortodoxia interna do controle do déficit público e heterodoxia externa, forçando os bancos a aceitar a tese do desconto da dívida. Para Sachs, o acordo fechado pelo governo brasileiro com os bancos é ruim: "Nóbrega optou por respeitar a comunidade financeira internacional e esquecer o dilemas sociais do Brasil. O México e a Argentina têm sido devedores bem comportados. Parabéns para eles, mas o que ganharam com isso?".

Jeffrey Sachs é apenas um defensor mais entusiasmado das idéias de um *debt relief*, ou seja, de se dar um abatimento na dívida. Essas idéias circulam com maior ou menor ênfase no meio acadêmico e político dos EUA. Na Califórnia, outro extremo do país, não é outra coisa o que diz o professor Kenneth Arrow, de Stanford, Prêmio Nobel de Economia.

Impagável — Ao contrário de Sachs, Arrow não se interessa particularmente pela crise da dívida do Terceiro Mundo. Mesmo assim, tem suas idéias sobre o assunto. Na sua sala de trabalho, literalmente coberta de livros, até o chão, dando a impressão de que um vendaval passou por ali, Arrow mostra-se convencido de que esta dívida é impagável. Para ele, o menu de opções que os bancos têm oferecido aos seus devedores, como refinanciamento de juros, renegociação de prazos e conversão de dívidas em investimento, são apenas "formas disfarçadas de repúdio da dívida".

Repúdio que o senador Bill Bradley quer que seja feito institucionalmente. Ele e uma equipe de assessores têm dedicado tempo a isso, capitalizando o fato de ser de um estado essencialmente

urbano — Nova Jersey — onde essas discussões encontram público. Em resumo, o senador democrata tem proposto que os bancos sejam forçados indiretamente pelo executivo americano a aceitar o fato de que o próprio mercado está dizendo que na dívida não vale o que está escrito. Como forma de cobrar apenas o que os países podem pagar, os bancos deveriam aceitar — segundo essa proposta — uma forma qualquer de redução das taxas de juros para algo em torno de 4%. Em compensação, esses países devedores seriam compelidos a abrir suas economias, atendendo aos ideais de livre comércio.

Mais ou menos nessa linha também trabalha o professor Ryordan Roett, do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade John Hopkins. Nas conferências que tem sido convidado a fazer nos EUA, o professor tem defendido a tese de que o sistema financeiro internacional pode estar cobrando dos países endividados um preço alto demais, que agravaria suas tensões sociais.

Democracias — O professor Robert Wesson, *senior fellow* do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Stanford, acha que a crise da dívida e os problemas econômicos decorrentes dela podem colocar em risco as mal consolidadas democracias da região. "Há um par de anos estávamos comemorando a volta da democracia nesses países. Hoje estamos de novo preocupados com seus destinos, basicamente em consequência dos impasses econômicos", diz o professor. E nestas preocupações o professor tem a companhia até de banqueiros. Um dirigente de um banco credor do Brasil admite que sua instituição está trabalhando com cenário de dificuldades políticas crescentes nos próximos cinco anos na América Latina. "Essas dificuldades serão decorrentes do crescimento econômico baixo ou de recessão na região", diz o banqueiro.

Sachs acha que o ex-ministro Bresser Pereira estava certo, ao provocar a discussão sobre a redução da dívida. Imagina também que o Brasil poderia ter usado a moratória como arma de negociação

para conseguir acordo melhor do que o que foi assinado: "O presidente Sarney estava antes mais preocupado com cinco anos. Agora, ganhou o ano que queria, mas aparentemente desistiu de qualquer saída na questão da dívida", diz. Na opinião do professor, o Brasil abandonou a moratória quando a situação estava começando a mudar. "O Brasil não entende o poder que tem", sentencia o professor que obviamente pelas idéias que tem defendido, não é muito bem visto pelos banqueiros.

"Mister Sachs is wrong" fulmina um banqueiro do Meio-Oeste. Na opinião desse dirigente de uma instituição credora do Brasil, o erro de Sachs é achar que o Brasil não pode pagar a dívida. "O país está longe da bancarrota", comemora o banqueiro, acrescentando que os saldos comerciais mostram a potencialidade do Brasil. "Se o Brasil quer fazer US\$ 15 bilhões de saldo comercial a custo da compressão de salários e da recessão, parabéns", diz Sachs, acrescentando: "Esta não é a solução para o Brasil."

Eleições — O destino dessas discussões vai depender um pouco das eleições nos EUA. "Se Bush ganhar, o atual secretário do Tesouro, James Baker, vai continuar tendo poderes e essas idéias não terão chance. Se ganhar Dukakis, talvez as propostas do senador Bradley ou a idéias dos economistas Dornbush ou Sachs tenham mais ressonância", diz o economista *senior* do Banco de Boston. Mas aí haverá outro problema. A idéia do senador Bradley é forçar os bancos a aceitarem o desconto da dívida através da suspensão total dos empréstimos-pontes do governo americano. Se os democratas forem os vencedores, o Brasil pode ter recebido este ano seu último *bridge loan* do Tesouro americano.

Qualquer que seja o eleito para a Casa Branca, não haverá nenhum tipo de abatimento na dívida, garante um banqueiro de Nova Iorque. E não vai haver simplesmente porque "temos problemas internos demais", diz. A única saída — aconselha um banqueiro de Meio-Oeste — é o Brasil seguir uma boa política econômica e continuar pagando a dívida.